

MUNICÍPIO DE CARMO DO PARANAÍBA - MG

Departamento de Licitações

Praça Misael Luiz de Carvalho, nº. 84, Centro

38.840-000 - CARMO DO PARANAÍBA - MG

Ref.: SOLICITAÇÃO DE IMPUGNAÇÃO DO PROCESSO LICITATÓRIO

Nº 021/2019, PREGÃO PRESENCIAL Nº 008/2019

A Conserbrás Multi Serviços LTDA, vem por meio deste, respeitosamente interpor pedido de impugnação ao Processo licitatório nº. 021/2019, Pregão Presencial nº. 008/2019, com objetivo de contratação de empresa especializada para execução de serviços de limpeza urbana e coleta de resíduos, no município de Carmo do Paranaíba - MG; encaminhando-o ao email compras@carmodoparanaiba.mg.gov.br, e protocolando no devido setor, conforme prevê o edital do processo supracitado.

A interposição da presente impugnação é tempestiva, pois a lei 8.666, em seu art. 41, parágrafo 2º prevê a interposição de impugnação por licitantes até o 2º dia útil, que anteceder a abertura das propostas.

Motiva a interposição do recurso impugnatório a existência de exigências ilegais de pessoal com capacidade técnica, acarretando redução da competitividade do certame e consequente prejuízo ao erário, além dos vícios do edital como falta de planilha orçamentária, falta de critérios objetivos para julgamento, critérios para reajuste e reequilíbrio, e o detalhamento inadequado do objeto do certame.

- O edital faz exigência no item 3.21.2 de registro no CREA dos responsáveis pela prestação dos serviços:

3.21.2 Registro no CREA: I - Registro no Órgão competente do Engenheiro Ambiental e Sanitarista ou **Agrônomo** responsável pelas prestações de serviços;

No que pese tal exigência, tem-se que a inclusão da atividade de Engenharia Agrônoma é desarrazoada, carecendo de justificativa técnica e legal, estampando ilegalidade ao edital que ora se impugna.

Segundo a Resolução 218 do sistema CONFEA (Conselho Federal de Engenharia, Arquitetura e Agronomia) as atribuições dos engenheiros civis, agrônomos e do sanitaria envolvem o desempenho de atividades técnicas referentes às sub áreas de atuação descritas:

Art. 5º - Compete ao ENGENHEIRO AGRÔNOMO:

I - o desempenho das atividades 01 a 18 do artigo 1º desta Resolução, referentes a engenharia rural; construções para fins rurais e suas instalações complementares; irrigação e drenagem para fins agrícolas; fitotecnia e zootecnia; melhoramento animal e vegetal; recursos naturais renováveis; ecologia, agrometeorologia; defesa sanitária; química agrícola; alimentos; tecnologia de transformação (açúcar, amidos, óleos, laticínios, vinhos e destilados); beneficiamento e conservação dos produtos animais e vegetais; zimotecnia; agropecuária; edafologia; fertilizantes e corretivos; processo de cultura e de utilização de solo; microbiologia agrícola; biometria; parques e jardins; mecanização na agricultura; implementos agrícolas; nutrição animal; agrostologia; bromatologia e rações; economia rural e crédito rural; seus serviços afins e correlatos.

[...]

Art. 7º - Compete ao ENGENHEIRO CIVIL ou ao ENGENHEIRO DE FORTIFICAÇÃO e CONSTRUÇÃO:

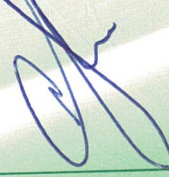
I - o desempenho das atividades 01 a 18 do artigo 1º desta Resolução, referentes a edificações, estradas, pistas de rolamentos e aeroportos; sistema de transportes, de abastecimento de água e de saneamento; portos, rios, canais, barragens e diques; drenagem e irrigação; pontes e grandes estruturas; seus serviços afins e correlatos.

[...]

Art. 18 - Compete ao ENGENHEIRO SANITARISTA:

I - o desempenho das atividades 01 a 18 do artigo 1º desta Resolução, referentes a controle sanitário do ambiente; captação e distribuição de água; tratamento de água, esgoto e resíduos; controle de poluição; drenagem; higiene e conforto de ambiente; seus serviços afins e correlatos.

Não é possível notar na resolução CONFEA 218/1973, atribuições de cunho sanitário relacionadas à limpeza urbana para os engenheiros agrônomos. Conclui-se, portanto, que a exigência de possuir em seu quadro permanente, determinado tipo de profissional não correlacionado ao objeto da licitação, como é o caso dos engenheiros agrônomos, trata-se de exigência ILEGAL, haja vista que o próprio CONFEA, estabeleceu que o engenheiro civil e sanitaria atuam nas fases da prestação dos serviços de limpeza urbana.



Por tal motivo, impugna-se o edital para que sejam providenciadas as devidas correções, excluindo o engenheiro agrônomo e incluindo o engenheiro civil, como responsável habilitado para atuar com o objeto deste certame.

- No presente edital há também vícios graves como a falta de detalhamento do orçamento, e ausência de indicação do critério de reajuste e reequilíbrios financeiros. A Súmula/TCU n. 258/2010 – Exigência de Detalhamento do Orçamento trás o seguinte enunciado:

“As composições de custos unitários e o detalhamento de encargos sociais e do BDI integram o orçamento que compõe o projeto básico da obra ou serviço de engenharia, devem constar dos anexos do edital de licitação e das propostas das licitantes e não podem ser indicados mediante uso da expressão ‘verba’ ou de unidades genéricas.”

Por sua vez, no que tange aos critérios de reajuste a Lei n. 8.666, de 21/06/1993, em seu art. 40 inciso XI estabelece que os editais devem indicar obrigatoriamente

“critério de reajuste, que deverá retratar a variação efetiva do custo de produção, admitida a adoção de índices específicos ou setoriais, desde a data prevista para apresentação da proposta, ou do orçamento a que essa proposta se referir, até a data do adimplemento de cada parcela;”

Ainda, no edital não se tem critérios objetivos para julgamento das propostas, e não resta clara a obrigatoriedade de orçamento das propostas com a mão de obra mínima, o que pode lesar a competitividade do certame e impossibilitar o julgamento da inexequibilidade. Sobre o tema a Lei de licitações 8.666, dispõe:

Art. 40. O edital conterà no preâmbulo o número de ordem em série anual, o nome da repartição interessada e de seu setor, a modalidade, o regime de execução e o tipo da licitação, a menção de que será regida por esta Lei, o local, dia e hora para recebimento da documentação e proposta, bem como para início da abertura dos envelopes, e indicará, obrigatoriamente, o seguinte:

[...]

VII - critério para julgamento, com disposições claras e parâmetros objetivos;

[...]



X - o critério de aceitabilidade dos preços unitário e global, conforme o caso, permitida a fixação de preços máximos e vedados a fixação de preços mínimos, critérios estatísticos ou faixas de variação em relação a preços de referência, ressalvado o disposto nos parágrafos 1º e 2º do art. 48;

[...]

XIV - condições de pagamento, prevendo:

c) **critério de atualização financeira dos valores a serem pagos**, desde a data final do período de adimplemento de cada parcela até a data do efetivo pagamento;

[...]

§ 2º Constituem anexos do edital, dele fazendo parte integrante:

I - o projeto básico e/ou executivo, com todas as suas partes, desenhos, especificações e outros complementos;

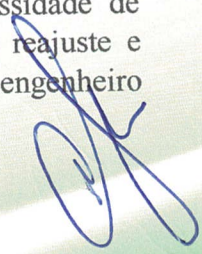
II - demonstrativo do orçamento estimado em planilhas de quantitativos e custos unitários;

II - orçamento estimado em planilhas de quantitativos e preços unitários

O termo de referência exige que a coleta de resíduos seja efetuada por caminhão compactador de no mínimo 15 m³, entretanto essa especificidade não é mencionada no edital e em seu objeto ferindo o art. 40, inciso XVII, da lei 8.666, haja vista a exigência prevista em lei do edital expressar tais peculiaridades, como forma de convocar adequadamente os licitantes e criar um certame competitivo e isonômico.

XVII - outras indicações específicas ou peculiares da licitação

Ante o exposto, é necessário adequar o edital, incluindo a exigência por caminhões compactadores de no mínimo 15 m³, com inclusão desta particularidade no pedido de comprovação da capacidade técnica. Ficou demonstrada também a necessidade de apresentar as planilhas orçamentárias para o certame, inserir critérios de reajuste e reequilíbrios, detalhar os critérios de julgamento objetivos, excluir o engenheiro agrônomo e inserir o engenheiro civil no item 3.21.2



∴ A Conserbrás, após o exposto, solicita respeitosamente impugnação do presente edital, para reavaliação das exigências adotadas, e saneamento das inconformidades.

Atenciosamente,



Walter Ferreira Soares
Diretor Presidente